

*Discurso na cerimônia de posse do
Embaixador Sérgio Amaral no cargo de
Ministro de Estado do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 23 DE AGOSTO DE 2001

Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel; Senhor Presidente do Senado Federal, em exercício, Senador Edson Lobão; Deputado Aécio Neves, que é o Presidente da nossa Câmara dos Deputados; Meu caro amigo Sérgio Amaral, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Senhor ex-Ministro Benjamim Sicsu; Senhores Ministros de Estado; Senhores Governadores, da mesma forma, impressionantemente numerosos, que mostram a força do nosso novo Ministro, eu não consigo reuni-los tantos; Senhores Parlamentares aqui presentes; Líderes; Senhores empresários; Senhoras e Senhores,

Antes de mais nada, eu queria, aqui, fazer um agradecimento especial ao Ministro Alcides Tápias, que não pôde estar presente, mas teve a gentileza, como é próprio do seu caráter, de mandar uma carta de apoio e de felicitações àquele que vem a sucedê-lo. O Ministro Alcides Tápias trouxe para nós o ânimo, a experiência de empresário e nos ajudou muito na reformulação de um conjunto de programas, muitos dos quais aqui mencionados pelo Ministro Sérgio Amaral. Foi sempre um companheiro e um homem de ânimo. Eu lamento, efetivamente,

não podermos ter contado por mais tempo com a presença do Ministro Alcides Tápias. Mas me deixa alegre saber que ele está sendo substituído, agora, pelo Embaixador Sérgio Amaral. O próprio Alcides Tápias me disse isso. Reitero a minha satisfação de ver, agora, nomeado Ministro o Embaixador Sérgio Amaral, que tem uma larga experiência no tratamento de temas econômicos internacionais e que já esteve no Governo, onde se desempenhou a contento, como Secretário de Comunicação Social e Porta-Voz durante o meu primeiro mandato. E fez um trabalho estupendo na Embaixada do Brasil em Londres.

Quero recordar que o Ministro Sérgio Amaral foi, também, negociador da nossa dívida externa, como o Ministro Pedro Malan. Na época, eu era Senador – como alguns aqui, o Senador Edson Lobão e o Governador Esperidião Amim. Nós nos recordamos dos esforços feitos por aqueles então jovens – continuam sendo, mas um pouco menos – o Ministro Pedro Malan e o Ministro Sérgio Amaral, em épocas diferentes – para que nós tivéssemos a capacidade de repor o Brasil num rumo correto. Não foi fácil.

Nunca vou me esquecer de quando fui aos Estados Unidos, e foi a primeira vez que o Senado enviava uma missão aos EUA. Devo dizer que foi a única vez que fui ao exterior em missão do Senado. Todas as outras vezes fui em missão de intelectual e não como Senador. Mas dessa vez fui como representante do Senado e tivemos longas discussões com as autoridades financeiras dos Estados Unidos, do que resultou o chamado “Livro Branco”, que se compõe, basicamente, das anotações do Ministro Sérgio Amaral, que na época estava na Embaixada de Londres e nos acompanhou. Quando recebi aquelas anotações – depois as transmiti ao Senado –, o Senado ficou achando que eu sabia muita coisa da matéria. Mas quem sabia era o Embaixador Sérgio Amaral. Na verdade, desde então pude admirar a eficiência do Ministro Sérgio Amaral, a sua capacidade intelectual e, sobretudo, uma característica que ele esconde: a sua persistência. Aliás, em matéria de teimosia, este Ministério está cheio. O Ministro Sérgio Amaral, o Ministro Malan que é “insuportável”, e não cito o Ministro José Serra

para que ele não fique zangado, dizendo que ele não é assim, mas ele é. Isso é virtude. É virtude porque, se não for a persistência, não se move nada neste país, nem em nenhum outro país. O Ministro Sérgio Amaral pertence a esta equipe de pessoas. Citei apenas três, mas poderia citar muitos outros. Alguns não são teimosos. Eu não sou. Mas, de qualquer maneira, o fato é que tenho certeza de que a presença do Ministro Sérgio Amaral vai nos ajudar muito, aqui, neste novo momento do Brasil. Por que estou dizendo que é um novo momento do Brasil? Porque estamos deixando de lado, para trás, aquela visão de que nós tínhamos uma certa incompatibilidade entre desenvolvimento e estabilidade. Isso é uma visão superada e errada. Mais do que errada, é atrasada, essa concepção de que ou bem se estabiliza ou bem se desenvolve. Não é assim. É preciso estabilizar para desenvolver. Não dá para estabilizar e não desenvolver. E não dá para desenvolver sem estabilidade, porque o desenvolvimento sem estabilidade é inflação que corrói imediatamente, no passo seguinte, o esforço feito pelo desenvolvimento. O Brasil acho que aprendeu que as coisas são diferentes. Agora, a presença do Ministro Sérgio Amaral na nossa equipe vai reafirmar essa mesma visão, como ele fez há pouco no seu discurso.

Nós estamos assistindo, neste momento que estamos vivendo, da conjuntura internacional, a novos desafios. Esses novos desafios impõem ao Brasil, também, um *aggiornamento*, um ajustamento das nossas políticas a esse novo desafio. O desafio não é só pelo fato de que, internamente, uma série de consolidações ocorreram e outras faltaram. Não é só pelo fato de que existe, e é normal que assim seja, uma demanda crescente, uma expectativa crescente de urgência, de que é preciso andar depressa. E as instituições nem sempre podem se ajustar às demandas da população e da sociedade. Isso é um desafio.

Mas há um outro desafio: nós, de alguma forma, passamos de um patamar a outro patamar. Embora não seja por todos reconhecido, é inegável que, hoje, o Brasil está numa condição superior àquela em que estava há dez anos. E não só pela estabilidade. Também pelo fato de que nós mudamos qualitativamente nosso sistema produtivo, en-

carando a expressão sistema produtivo não apenas no setor manufatureiro, mas nos serviços e no da agricultura.

Esse novo momento do Brasil é um momento que exige mais e mais nossa capacidade para definir rumos e empenho na redefinição das regras internacionais que regulam, hoje, a economia global. É por isso que é oportuno que seja um diplomata que esteja à frente deste Ministério. Porque, já o disse o Ministro, o Governo pode fazer algumas coisas, deve fazer mais coisas, mas nada, ninguém vai substituir a ação dos empresários. Exportação é tarefa de todos, mas, especificamente, é do empresário. Só que há uma tarefa que o empresário não pode cumprir, que é a definição das regras. Nesse momento é importante que nós tenhamos, à frente do Ministério, alguém que entenda essas regras e que vá defender com energia, como ele mostrou aqui, os nossos interesses.

Os nossos interesses, hoje, se desdobram muito além das nossas fronteiras. Se não tivermos a visão do que vai acontecer, se não tivermos a capacidade de definir a nossa posição como país, neste mundo que está em remodelação, se não tivermos a energia para gritar forte pelos nossos interesses, aí não há empresário, por mais competente que seja, que consiga realizar sua tarefa específica. Esse arcabouço novo há de ser organizado não apenas pelo Governo, mas, já o disse o Ministro, em cooperação. Cooperação entre o Governo e a sociedade. Não só com os empresários, mas com a universidade, os setores sindicais em geral, numa compreensão dessa nova etapa do Brasil no mundo.

Essa nova etapa requer o que disse aqui o Ministro: uma compreensão de que mudamos, qualitativamente, nossa base produtiva. Nesta mudança qualitativa há, digamos, dois pilares que têm que ser bem analisados e considerados. Um, é a indústria nacional, que precisa e vai ter, como tem tido, apoio. Nós temos que manter certos setores não apenas nas mãos dos que produzem no Brasil, mas nas mãos de gente ligada à sociedade brasileira. Não é fácil. Não é fácil porque a competição é muito dura. Não é fácil porque, muitas vezes, não há as condições necessárias para garantia disso. Mas, bem ou mal, nós temos conseguido reorganizar, no Brasil, o

setor de mineração, o setor de aço, o setor de celulose, o setor de petroquímica. E nessas remodelações todas, abertas à competição, temos mantido setores nacionais com peso importante, assim como no setor de produção de bens de capital.

Isso é fundamental. Mas é fundamental que se faça assegurando-se a competitividade, não se faça fazendo com que o povo pague pela existência de um setor e esse setor não retribua pela baixa de preços dos seus produtos e pela sua competência técnica. Esse é um setor fundamental para nós.

O outro setor é o das empresas multinacionais que se instalam aqui. E as há em profusão. Mas para que elas possam, também, ao instalar-se aqui, render ao país, da mesma maneira que o setor nacional, têm que render em competitividade e aumento de produtividade. É preciso que o setor multinacional instalado aqui se solidarize com o desenvolvimento nacional. E solidarizar-se com o desenvolvimento nacional – já disse aqui o Ministro Sérgio Amaral – implica que sejam sensíveis às necessidades do país. E que no momento em que nós precisamos gerar mais recursos aqui se disponham a fazer a substituição de importações, dentro de uma política industrial moderna, competitiva. Mas que tragam para cá o conjunto dos componentes dos seus produtos e não apenas a forma final, porque nós não queremos estar, permanentemente, devedores e permanentemente ligados à necessidade de importações onerosas quando nós já temos condições de produzir aqui.

Para isso, temos as instituições financeiras, como o BNDES, e descortínio do Ministério da Fazenda para propiciar um clima que permita uma transferência agressiva de tecnologia para o nosso país, e uma substituição de importações de novo tipo, nesse contexto de uma base produtiva mais ampla, de capacidade competitiva internacional e desenvolvimento tecnológico crescente. Mas não basta isso.

Há outras áreas do Governo – e o Ministério está sensível a isso – que também são fundamentais para que o Brasil, nessa nova etapa, possa, efetivamente, colocar-se de uma maneira adequada. Refiro-me, basicamente, à questão de ciência e tecnologia. E mais de tecno-

logia do que de ciência. Temos dado um impulso grande a essa matéria. Se não foi possível, no meu primeiro mandato – porque não dá para fazer tudo de uma vez só –, dar a atenção devida à formação de recursos e de mecanismos para induzir ao desenvolvimento tecnológico, nós, agora, com o Ministro Ronaldo Sardenberg, estamos conseguindo a criação de um conjunto imenso de fundos de apoio à tecnologia e à ciência que vão render, espero eu, dentro dos próximos anos, por volta de 1 bilhão de reais – 500 milhões de dólares – anualmente, acrescidos ao Orçamento e diretamente para desenvolvimento tecnológico. Será possível, portanto, que as empresas, os setores estatais e as universidades venham a competir por esses recursos para que possamos estar, efetivamente, absorvendo e produzindo tecnologia nova.

É de notar que, na área de ciência, já existe um avanço reconhecido. Quando se vêem as estatísticas sobre a produção científica brasileira, vê-se o crescimento, por exemplo, de artigos feitos por brasileiros e publicados no exterior acima da média mundial. Crescem consideravelmente. Mas é de notar, também, que o número de patentes feitas por brasileiros ou no Brasil e registradas não acompanha no mesmo ritmo a produção científica. Há, portanto, que olhar aí, com muita atenção, para a questão tecnológica, que, muitas vezes, não tem em mira revolucionar um paradigma de conhecimento, que é a mira da ciência, mas tem em mira fazer um pequeno aperfeiçoamento no processo produtivo, sem mudar, muitas vezes, paradigma nenhum, portanto intelectualmente sem ter o mesmo impacto de uma mudança científica, mas praticamente com enorme impacto na produção, com enorme impacto na produtividade e, portanto, no enriquecimento do país.

Nós estamos, hoje, com o apoio do Congresso Nacional, com todo esse arcabouço científico montado no Brasil, de tal maneira que será possível evitar que haja a famosa evasão de cérebros. Pelo contrário, poderemos manter aqui os nossos tecnólogos, os nossos cientistas, mormente agora que, com a revolução nos meios de comunicação e com a formação de redes pelo mundo afora, as pessoas

não precisam estar juntas, fisicamente, para estarem, intelectualmente, próximas e para que se possa ver um progresso grande através da formação de redes de pesquisadores, como já ocorre no Brasil. O exemplo mais notável é o do genoma. Estamos avançando enormemente na biociência, através da formação de redes que juntam laboratórios daqui e de fora. A mesma coisa poderá ser feita em várias outras áreas.

Não é por acaso, também, que os setores em que nós temos tido um maior avanço, na questão das exportações, foram os setores nos quais tivemos a capacidade de alguma absorção ou de inovação tecnológica, como é notável no caso dos aviões. Mas não é o único. Temos, também, avanços importantes na exploração de águas profundas para a extração de petróleo.

Agora, começamos a ter avanço em matérias que também são importantes, como, por exemplo, no *design*: *design* de móveis, *design* de moda, que são matérias que podem parecer, à primeira vista, não ter o peso equivalente àquelas outras que eu mencionei, mas que, no mundo contemporâneo, têm um dinamismo extraordinário. E nós precisamos avançar mais e mais, absorvendo essa mentalidade nova que implica que produção é conhecimento.

Essas são as tarefas de articulação a que se referiu o Embaixador Sérgio Amaral. Este Ministério, e muita gente tem dele uma visão equivocada, não é um balcão. Não vai ser um balcão. O Brasil não quer mais saber de balcões. É um Ministério que define políticas e que faz as articulações para que possam acontecer, na prática, as políticas que foram desenhadas nele e noutros Ministérios, trabalhando também em rede, também em equipe. Acabou a época em que era possível imaginar que uma pessoa sozinha, verticalmente, resolvesse as questões. É essa a destinação desse Ministério.

Mas eu disse também que, não por acaso, um diplomata está à frente do Ministério, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores. Mencionei a questão de que nós, hoje, se quisermos continuar crescendo e exportando, precisamos também nos articular em nível internacional.

O Ministro Sérgio Amaral, ao fazer sua declaração final, só não colocou a frase porque talvez temesse alguma crítica. Mas, no fundo, o que ele disse foi o seguinte: exportar ou morrer. É como se fosse um novo tipo de Independência. Ou se exporta ou se morre. É verdade. Por quê? Por que isso? O Ministro mencionou também que a nossa capacidade exportadora não vai além de 8%. Digamos entre 8 e 10% do produto nacional. É pequena, como o Japão é pequeno, como os Estados Unidos também. Porque nós somos um país imenso, de mercado interno. Um país de porte continental, provavelmente, terá sempre, proporcionalmente ao produto, pequena a nossa exportação. Não é por aí que se mede exportação. Certamente a da Suíça será maior, a da Coreia do Sul será maior, a da França será maior. Terão por volta de 30% do produto exportado. Não é esse o objetivo.

O objetivo é ter uma balança de comércio positiva. Mas é mais do que isso: é ter a capacidade de, através da exportação, ganhar qualidade e ser competitivo. E, portanto, transferir para o setor doméstico aquilo que se ganha na competição externa. Tem um quê que não é mensurável em dinheiro, mas é em qualidade. Se nós não tivermos consciência disso, não entendermos que isso é o mundo de hoje, e que há essa intercomunicação, que vem da globalização, não vamos ser capazes de resolver os problemas do mercado interno. Porque não existe mais a separação do passado, entre um país que se fecha e vive só do mercado interno e alguns que são exportadores. Hoje, há uma fusão entre o mercado interno e o mercado externo, e não é pela proporção do produto que se mede a importância da exportação.

Mas isso é assim, é importante por causa da absorção tecnológica, é importante porque é *standard* de medição da nossa capacidade de fazer produtos iguais ou melhores e, portanto, beneficiar o nosso povo ao transferir isso para cá, para o mercado interno também. Se é verdade que é isso, é inegável que o mundo também é um mundo áspero, duro, cruel. Um mundo organizado onde os mais fortes se defendem. Como nós ultrapassamos o limiar dos mais fracos, mas ainda não somos suficientemente fortes, somos os que mais apanhamos.

E é de países como o Brasil – chamados agora com esse nome horrível de “emergentes” – que mais se cobra. Cobra-se tudo. Cobra-se, com a agência de *rating*, o desempenho a cada dia. E a cada dia, quando se dá um salto, se põe o sarrafo mais alto no dia seguinte. E há os mercados que murmuram sempre: “Ah, não é bem assim, não estou certo, não estou satisfeito, ainda não, tenho uma dúvida.” E toca sarrafo em cima.

Bom, essa é a realidade. Nós vamos ter que enfrentá-la. Enfrentá-la com coragem. E enfrentar com coragem não é com retórica, não é com demagogia e não é escondendo a cabeça, não é dizendo não a toda hora. Nós temos condições de enfrentar esta realidade criando condições favoráveis à nossa competitividade. Daí a importância – e foi referido pelo Ministro também – do que vamos fazer na rodada que vai se aproximando, em Catar, da OMC. De saber se vamos ou não abrir novos *rounds* de negociação, e em que condições vamos fazê-lo.

Daí a importância da reunião que teremos agora, em Montevidéu, para saber o que fazer com a proposta a respeito dos acordos entre o Mercosul e a União Européia. Daí a importância de estarmos atentos à Alca. Daí a importância, e sem temor, ainda ontem ouvi rumores de que haveria agora uma negociação “4 + 1”. Nós pedimos isso em Assunção. “4 + 1” na linguagem diplomática, chama-se: *Rose Garden*. Mas, enfim, é uma maneira de negociação entre o Mercosul e os Estados Unidos. Não há risco para o Brasil. Há condição de o Brasil ter a cabeça erguida, termos autoconfiança e sermos brasileiros. Não há risco em sentar-se à mesa. O risco é sentar-se à mesa sendo incompetente. O risco é sentar-se à mesa não tendo um rumo. O risco é não sentar-se à mesa e ficar fora da história. Vamos nos sentar em todas as mesas de negociações, mas vamos nos sentar com firmeza.

Na reunião de Quebec, na reunião da Alca, em que tive a possibilidade de falar na sessão de abertura, defini com muita clareza, diante de todo mundo, de todos os Presidentes do hemisfério americano, quais eram as condições. Se for um bom acordo, já. Se for um mau acordo, nunca. É simples. Bom acordo, logo. Mau acordo, nunca. E o que é bom acordo? Bom acordo é um acordo em que todas as questões são negociadas e não só aquelas que interessam aos

que são mais poderosos. Bom acordo é aquele em que não se aceita discriminação, em que o *antidumping* não pode ser usado como instrumento de pressão extratarifária. Em que não é possível utilizar, a toda hora, aumentos arbitrários de tarifas para proteger um setor local. Todos os setores locais existem e são organizados. Às vezes, são minoritários, mas têm peso aqui e lá fora. Mas quando se discute em nome de um país, não se pode discutir em nome de nenhum setor local, nem de cá, nem de lá. Tem que se discutir em nome dos interesses do país como um todo. E – por que não dizer? – da humanidade, se nós acreditarmos efetivamente que há possibilidade de prosperidade. Temos que fazer uma luta tenaz para acabar com a miséria e com a fome no mundo. Por um século que demore, mas temos que ter como ideal a melhoria geral das condições de vida.

Se é assim, sentemos à mesa com disposição, definindo com clareza o que nós queremos, sabendo que não adianta pedir o céu como limite, que ele não virá. Mas sabendo também que não é possível deixar de exigir aquilo que nos é próprio. Disse o Ministro, e com toda razão: as tarifas dos bens manufaturados caíram de 40% para 4%, e os produtos agrícolas seguem em 40%. É um escândalo. Um bilhão de dólares por dia de subsídio para produtos agrícolas. Como é que se pode falar em livre-mercado com 1 bilhão de dólares de subsídio para produtos agrícolas? É ridículo, é inaceitável.

Aqui está o Embaixador Rubens Ricúpero que, a todo instante, proclama essas verdades, em alto e bom som, como Secretário-Geral da Unctad. Portanto, com a responsabilidade de quem está lidando com esse conjunto de números e de informações. Se nós sabemos de tudo isso, Ministro, será sua função, juntamente com o Ministro da Fazenda e com o Ministro das Relações Exteriores, e tem que ser junto, definir em que termos nós vamos aceitar tais negociações, e não temê-las. Avançar com decisão na direção delas. Mas para que nós possamos não temê-las – nós não precisamos –, não será suficiente termos a consciência crítica no Governo. Tampouco será suficiente, mas é indispensável termos o apoio do Congresso, que, cada vez mais, há de participar dessas questões, cada vez mais com mais ousadia, cada vez mais

com menos preocupação provinciana, com coragem de entender o mundo de hoje e avançando, e avançando para valer. Mas isso não será feito se os empresários não estiverem juntos. Estar junto é estar junto mesmo. Ou seja, é entender a função do empresário, do mesmo jeito a do político, do mesmo jeito a do administrador. Somos partes. Não vamos impor nada uns aos outros, e o que há é o interesse nacional: juntos ao lado do interesse nacional; definindo quais são os nossos objetivos.

Senhor Ministro, Senhores, Senhoras, em linhas assim breves e gerais, essas são as linhas. Apenas reitero aquilo que foi dito pelo Ministro Sérgio Amaral: as linhas de trabalho que nos esperam nos meses que nos restam de mandato. Mas espero, também, que meu sucessor continue nesta mesma linha nos anos que vêm pela frente para que nós possamos, efetivamente, levar adiante as transformações do nosso Brasil.

Termino não apenas reiterando os meus agradecimentos aos que tanto trabalharam no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, formulo meus anelos, meus anseios, meus desejos de que o nosso Embaixador cumpra lá – tenho certeza de que o fará – com o mesmo brio que cumpriu na Embaixada em Londres. Mas termino dizendo o seguinte: concordo inteiramente com o que ele disse. O Plano Real foi feito, Ministro Pedro Malan, em seis meses, oito meses, Ministro Recúpero. Foi uma coisa breve e mudou o Brasil. Temos ainda longos 16 meses. Vamos continuar mudando o Brasil. O Brasil precisa de mais mudanças e mais reforma, e nós vamos fazê-las.